

Diário do Legislativo de 25/04/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 28ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembleia

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/4/2009

Presidência dos Deputados Hely Tarquínio e Antônio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 355/2009 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.248/2009), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 51/2009 - Projetos de Lei nºs 3.249 a 3.254/2009 - Requerimentos nºs 3.615 a 3.621/2009 - Requerimentos das Comissões de Direitos Humanos (3), de Minas e Energia, de Política Agropecuária e de Defesa do Consumidor e do Deputado Vanderlei Miranda - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Cultura, de Assuntos Municipais e do Trabalho e do Deputado Elmiro Nascimento (2) - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Carlin Moura, Padre João, Domingos Sávio e Weliton Prado - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimentos das Comissões de Direitos Humanos (3), de Minas e Energia, de Política Agropecuária e de Defesa do Consumidor e do Deputado Vanderlei Miranda; aprovação - Palavras do Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Almir Paraca - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Antônio Carlos Arantes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 355/2009*

Belo Horizonte, 16 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica.

A doação ora cogitada recai sobre imóvel situado na área urbana da Cidade de Lavras e foi incorporado ao patrimônio do Estado em 1978, por doação de particulares. Atualmente ocioso, vem sendo utilizado pelos moradores das vizinhanças como campo de futebol, o que levou o Prefeito Municipal a solicitar a sua transferência, a fim de viabilizar a construção de uma praça de esporte voltada para aquela modalidade esportiva, com real proveito para a comunidade local.

O imóvel está vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que informa não ter planos para seu aproveitamento, liberando-o.

Tratando-se, pois, de doação de interesse comunitário, solicito dessa augusta Casa a aprovação do projeto.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de Lei nº 3.248/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Lavras o imóvel constituído de uma área com 7.502,50m², situado na sua sede, matriculado sob o nº 3.067, no Livro 2-J, fls. 23, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Lavras.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" destina-se à instalação de um campo de futebol.

Art. 2º - O imóvel reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos, a partir da publicação desta lei, não lhe for dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º ou no caso de ser desvirtuada a sua finalidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51/2009

Dispõe sobre os prazos para encaminhamento à Assembléia Legislativa dos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -; à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e à Lei Orçamentária Anual - LOA.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e à Lei Orçamentária Anual - LOA - serão encaminhados pelo Governador do Estado e apreciados pela Assembleia Legislativa nos seguintes prazos:

I - o projeto do Plano Plurianual de Ação Governamental, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado até quatro meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o término da sessão legislativa;

II - o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até oito meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o término do primeiro período da sessão legislativa;

III - o Projeto de Lei Orçamentária Anual do Estado será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o término da sessão legislativa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Almir Paraca

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.249/2009

Estabelece obrigação para a venda de passagens de transporte coletivo intermunicipal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatório o recebimento de cartão de crédito e de débito como forma de pagamento de passagens do serviço público de transporte coletivo intermunicipal.

Parágrafo único - A obrigação a que se refere o "caput" deste artigo constará nos editais de licitação de delegação do serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica aos contratos já firmados na data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Inácio Franco

Justificação: O projeto de lei em pauta tem o intuito de determinar a aceitação do recebimento de cartões de crédito e de débito como forma de pagamento de passagens do serviço público de transporte coletivo intermunicipal, que pode ser prestado diretamente pelo Estado ou por delegado ao particular.

Consideramos que a prestação de tais serviços, de essencial importância, deve pautar-se na acessibilidade para toda a população do Estado. É sabido que o pagamento com o cartão de débito ou cartão de crédito representa significativa comodidade, além de evitar a circulação efetiva do dinheiro. Entendemos, assim, que a pretensão de estabelecer para as concessionárias do serviço público de transporte intermunicipal a obrigação de aceitar cartões de crédito e débito como forma de pagamento vai ao encontro do interesse público e dos direitos dos usuários do referido serviço.

Optamos por estabelecer que tal norma não deverá afetar os atuais contratos, valendo somente para os futuros contratos que deverão conter tal previsão nos editais de licitação para assegurar o equilíbrio econômico-contratual. Essa opção tem como base a divergência de entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria segundo decisões manifestadas no julgamento das ADIs nº 2.733-6 e nº 3.225-9. Na primeira, o STF considerou que a interferência do Legislativo nos contratos celebrados pela administração afeta o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, contrariando, assim, o princípio da harmonia entre os Poderes (relator: Ministro Eros Grau, julgamento em 26/10/2005). Já no julgamento da segunda ADI, o Supremo condiciona a interferência de lei na execução dos contratos administrativos à indicação da correspondente fonte de custeio (relator: Ministro César Peluso, julgamento em 17/9/2007). Dessa forma, a segurança jurídica e a observância do princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos corroboram a instituição da obrigação pretendida no projeto de lei que ora se apresenta somente para os futuros contratos.

Quanto à competência do Estado para disciplinar a matéria, ressaltamos que o inciso IX do art. 10 da Constituição mineira confere ao Estado a competência para explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de transporte rodoviário estadual de passageiros, bem como para suplementar a legislação federal no que concerne às normas de licitação e de contrato administrativo. Ainda a Lei Federal nº 8.987, de 1995, que disciplina o regime de concessão e permissão de serviços públicos, dispõe, em seu art. 23, que o modo, a forma e as condições da prestação dos serviços públicos, bem como o seu preço e os critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas, são cláusulas essenciais dos contratos administrativos de concessão de serviços públicos. Já o art. 18 da mesma lei obriga a constar no edital de licitação a minuta do contrato, que deve conter as referidas cláusulas essenciais. Como no caso de delegação de serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal o poder concedente é o Estado, cabe a este regulamentar o serviço público concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

Pelas razões expostas, julgamos conveniente e oportuna a edição de uma norma que vai ao encontro do interesse público coletivo e contamos com o apoio dos ilustres pares à aprovação do projeto de lei que apresentamos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.250/2009

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Produções Artísticas Band-Aid, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Produções Artísticas Band-Aid, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação Cultural e Produções Artísticas Band-Aid, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí, em pleno funcionamento desde 22/8/99, é uma sociedade civil de direito privado, de caráter beneficente e finalidade filantrópica, sem fins lucrativos.

A entidade tem como objetivo apresentar espetáculos cênicos, promover cursos e palestras, realizar programas de lazer de caráter cultural e social, de forma a criar um contato mais estreito da população e dos associados com o meio cultural, utilizando-se dos meios de comunicação do Município para propagar seus objetivos.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.251/2009

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária de Caxambu, com sede no Município de Caxambu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária de Caxambu, com sede no Município de Caxambu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Creche Comunitária de Caxambu, com sede no Município de Caxambu, em pleno funcionamento desde 28/11/85, é uma entidade civil de caráter beneficente e finalidade filantrópica, sem fins lucrativos.

A entidade tem como objetivo o amparo e a proteção do menor na faixa etária até os 6 anos, oferecendo assistência médica, alimentar, atividades pedagógicas, educativas, recreativas e lições de higiene; tem entre seus objetivos expandir sua atuação com a criação de departamentos de assistência e proteção aos jovens de até 14 anos, contribuindo para sua educação e formação profissional.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.252/2009

Dispõe sobre a criação do selo azul de controle e redução do consumo de água potável para os Municípios, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Todos os Municípios do Estado de Minas Gerais cujo abastecimento de água é feito pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - ou pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - Saaes - locais deverão integrar seus sistemas de controle de consumo de água por residência ao do sistema estadual para o controle do governo.

Art. 2º - O controle deve ser feito mediante a criação de banco de dados estadual que armazenará as informações para mapear o controle de consumo de água potável dos Municípios.

Art. 3º - Os Municípios que reduzirem o consumo de água potável receberão como benefício:

I - o selo azul de qualidade e eficiência pelo controle e pela redução do consumo de água potável;

II - ampla divulgação do resultado pelos meios de comunicação de abrangência estadual, sendo reconhecido como Município amigo da natureza e da preservação da vida;

Art. 4º - A campanha de divulgação e redução ficará por conta da Secretaria de Estado de Meio Ambiente em parceria com as Secretarias de Educação e os Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei em até 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Arlen Santiago

Justificação: Esta proposição tem por objetivo a criação do selo azul de qualidade e eficiência no controle e na redução do consumo de água potável, a ser concedido aos Municípios que obtiverem maiores índices de redução do consumo residencial. O governo do Estado criará um banco de dados para registrar e controlar o consumo residencial de água dos Municípios mineiros cujo abastecimento é feito pela Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - Copasa-MG - ou pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - Saaes - locais.

A água torna-se cada vez mais escassa. Quando se fala em falta de água, a maioria das pessoas não acredita, achando que é exagero, que isso ocorrerá somente num futuro muito distante.

No Brasil, encontra-se a 5ª maior população do mundo e 12% da água doce potável. E em nosso Estado corre um dos maiores rios do mundo e um dos mais importantes do Brasil; por isso devemos tomar algumas atitudes, para que esta riqueza não se perca.

Hoje, grande parte dos Municípios do Estado enfrenta dificuldades no abastecimento e na proteção de seus mananciais, por falta de verbas para implantação de infra-estrutura. Esta proposição tem por finalidade avançar na solução de problemas de infra-estrutura de controle e abastecimento de água potável, através de convênios das prefeituras com o Estado, e também melhorar o nível de consciência da população para a conservação dos recursos hídricos.

Certo da grande importância que o assunto desperta em toda a população, conto com a aprovação da presente proposição pelos meus pares nesta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Minas e Energia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.253/2009

Dispõe sobre a criação do Selo Verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os Municípios, no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Todos os Municípios do Estado cujo tratamento de esgoto sanitário seja feito pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - ou por Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Saae - local deverão integrar seus sistemas de controle e tratamento do esgotamento sanitário das residências ao do sistema estadual, para o controle do governo.

Art. 2º - O controle deve ser feito mediante a criação de banco de dados estadual que armazenará as informações para mapear o controle e o tratamento do esgotamento sanitário dos Municípios.

Art. 3º - Os Municípios que aumentarem o tratamento e automaticamente o controle do sistema de rede de esgotamento sanitário receberão como benefício:

I - o Selo Verde de qualidade e eficiência pelo controle e tratamento do esgotamento sanitário;

II - ampla divulgação do resultado pelos meios de comunicação de abrangência estadual e reconhecimento como Município amigo da natureza e da preservação do meio ambiente.

Art. 4º - Campanha de divulgação e redução será realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e os Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Arlen Santiago

Justificação: Esta proposição tem por objetivo a criação do Selo Verde de qualidade e eficiência no controle e tratamento do esgotamento sanitário, a ser concedido aos Municípios que obtiverem maiores índices de tratamento do esgoto residencial. O governo do Estado criará um banco de dados para registrar e controlar o tratamento residencial do esgotamento sanitário dos Municípios mineiros que seja feito pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - ou por Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Saae - local.

Hoje, grande parte dos Municípios do nosso Estado enfrenta dificuldades no recolhimento e tratamento do esgotamento sanitário e na proteção de seus mananciais por falta de verbas para construção de infra-estrutura física. Esta proposição tem por finalidade avançar na solução de problemas de infra-estrutura de controle e tratamento da rede de esgoto, através de convênios das prefeituras com o Estado, como também melhorar o nível de consciência da população em relação à saúde pública.

Certo da grande importância do assunto para toda a população, conto com a aprovação deste projeto por meus pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.254/2009

Dá a denominação de Rodovia Vereador Edson Aguiar Mota à Rodovia LMG - 674, que liga o Município de Ibiaí ao entroncamento da BR-365.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Vereador Edson Aguiar Mota à Rodovia LMG - 674, que liga o Município de Ibiaí ao entroncamento da BR-365.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2009.

Carlos Pimenta

Justificação: O Vereador Edson Aguiar Mota desenvolveu um trabalho de destaque junto à população do Município de Ibiaí. Faleceu no segundo mandato, exatamente na rodovia de que cuida este projeto de lei. Como Vereador, sempre se preocupou com o bem-estar social da cidade, tendo realizado vários trabalhos na área social em prol de todo o Município.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.615/2009, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Presidente do Banco do Nordeste S.A. para a instalação de uma agência dessa instituição na cidade de Almenara. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 3.616/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos alunos da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae, em Belo Horizonte, pela conquista do bicampeonato no Desafio Internacional de Empreendedorismo, o Global Business Challenge. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.617/2009, do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Rede Globo de Televisão pelos 40 anos do Jornal Nacional.

Nº 3.618/2009, do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Rede Globo de Televisão pelos 44 anos de sua fundação. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 3.619/2009, do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Polícia Federal pelos 65 anos de serviços prestados. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.620/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a 39ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - MG, com sede em Ouro Fino, pela comemoração de seus 70 anos. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.621/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à transferência dos policiais militares citados em boletim de ocorrência que menciona. (- À Comissão de Segurança Pública.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Direitos Humanos (3), de Minas e Energia, de Política Agropecuária e de Defesa do Consumidor e do Deputado Vanderlei Miranda.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Cultura, de Assuntos Municipais e do Trabalho e do Deputado Elmiro Nascimento (2).

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com prazer, a presença, nas galerias, de alunos da 7ª série do Colégio Tiradentes. Estejam à vontade na Casa do povo de Minas Gerais.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Carlin Moura, Padre João, Domingos Sávio e Weliton Prado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 22/4/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.085/2009, do Deputado Dimas Fabiano, 3.095/2009, do Governador do Estado, e 3.112/2009, do Deputado Durval Ângelo, e do Requerimento nº 3.578/2009, do Deputado Neider Moreira; de Cultura - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 22/4/2009, do Projeto de Lei nº 3.037/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e do Requerimento nº 3.564/2009, do Deputado Jayro Lessa; de Assuntos Municipais - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 22/4/2009, do Requerimento nº 3.529/2009, do Deputado Walter Tosta; e do Trabalho - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 22/4/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.681/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.857/2008, do Deputado João Leite, 3.023/2009, do Deputado Zezé Perrella, 3.068/2009, do Deputado Délio Malheiros, 3.071/2009, do Deputado Dimas Fabiano, 3.081/2009, do Deputado Adalclever Lopes, 3.097/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi, 3.102 e 3.103/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 3.106/2009, do Deputado Inácio Franco, 3.108/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, e 3.117/2009, do Deputado Domingos Sávio, e dos Requerimentos nºs 3.546/2009, do Deputado Gil Pereira, e 3.592/2009, da Comissão de Direitos Humanos (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando seja encaminhado à Unimed pedido de providências para atender o trabalhador da Santa Bárbara Engenharia Rafael de Jesus Silva, que alega ter sido agredido por policiais militares no canteiro de obras do Hospital da Unimed no Bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando seja encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-MG - pedido de providências com relação a conversas telefônicas interceptadas com autorização judicial relativas aos autos do Processo nº 0394.07.070788-7, em tramitação na Comarca de Manhuaçu, e anexação ao requerimento de cópia das peças constantes dos autos, que comprovam o alegado. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando sejam encaminhadas ao Presidente da Associação Brasileira de Criminalística cópias das notas taquigráficas e da gravação da reunião dessa Comissão realizada no dia 16/3/2009, com pedido de providências para análise das questões relacionadas com a situação dos profissionais da perícia técnica no Estado. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Minas e Energia solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Vale para que a sede da empresa seja transferida para o Estado de Minas Gerais. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Política Agropecuária solicitando seja encaminhado ao Sr. Pedro Nicésio Resende Vaz, Gerente de Captação da Indústria de Alimentos Nilsa S.A., pedido de informações sobre o pagamento dos fornecedores de leite da região de Pompéu e Luz. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor solicitando à Superintendência da Infraero no Estado cópias dos contratos administrativos celebrados entre a Infraero e as empresas concessionárias do serviço de alimentação nos Aeroportos Carlos Drummond de Andrade e Tancredo Neves. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Vanderlei Miranda solicitando à Sra. Maria do Perpétuo Socorro das Chagas Pinheiro, Superintendente do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade - Aeroporto da Pampulha -, informações sobre a ocorrência de acidente com alguma espécie de ave envolvendo aeronaves nesse aeroporto e sobre a realização, quando da construção do aterro sanitário CDR-Macaúbas, na cidade de Sabará, de estudos ou laudos técnicos acerca da segurança de vôos, em virtude do aumento de aves na região. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Requerimentos nºs 2.936, 2.954, 3.052 e 3.053/2008, 3.534, 3.537, 3.538, 3.539 e 3.540/2009, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Almir Paraca.

- O Deputado Almir Paraca profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2009

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Braulio Braz, Ronaldo Magalhães, Dimas Fabiano e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.034, 2.441, 2.664, 2.742, 2.811, 2.865, 2.892, 2.901, 2.906 e 2.907/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.909, 2.911, 2.915, 2.916, 2.917, 2.930, 2.933, 2.940, 2.944/2008 e 2.976/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.034, 2.441, 2.664, 2.742, 2.811, 2.865, 2.892, 2.901, 2.906 e 2.907/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo) e 2.909, 2.911, 2.915, 2.916, 2.917, 2.930, 2.933, 2.940, 2.944/2008 e 2.976/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano - Mauri Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2009

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Warmilton Fonseca Braga, Prefeito de Pirapora, em que solicita a urgente realização de reunião de audiência pública na cidade para discutir sobre instrumentos mais eficientes para combate à violência urbana local; e Paulo Alkimim, Ouvidor de Polícia, em que encaminha denúncia para providências e medidas cabíveis. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 3.542/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam convidados policiais civis e Promotores que menciona para participarem de reunião desta Comissão, quando receberão homenagem pela atuação na operação que menciona; e dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e da Deputada Maria Tereza Lara (2), em que solicitam seja realizada visita desta Comissão ao Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado; e seja encaminhado à Corregedoria de Polícia Civil pedido de providências que menciona, oriundo da Ouvidoria de Polícia. São recebidos pela Presidência requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para discutir denúncia de supostas irregularidades na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, em Governador Valadares, e para discutir fuga de Douglas Luciano da Silva Branquinho da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2009.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2009

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e André Quintão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Adalclever Lopes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir o não-cumprimento da carga horária mínima dos servidores militares, estabelecida em resolução dos Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Domingos Sávio - Gustavo Valadares - Neider Moreira.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2009

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Ademir Lucas, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.723/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Ana Maria Resende, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.526, 3.549, 3.551 e 3.554/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Cecília Ferramenta (3) em que solicita sejam agendadas, como medida urgente, audiências da Comissão Intersetorial de Reestruturação e Apoio ao Hospital Siderúrgica de Coronel Fabriciano, composta pelos membros que menciona, com os Srs. José Gomes Temporão e Marcus Pestana, respectivamente, Ministro de Estado da Saúde e Secretário de Estado de Saúde; e seja encaminhada cópia do relatório elaborado pela Associação Beneficente de Saúde São Sebastião, apresentado na audiência pública de 6/4/2009, da Comissão, no Município de Coronel Fabriciano, ao Secretário de Estado de Saúde e ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; e do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir a intenção, anunciada pelo

Prefeito de Belo Horizonte, de suspender 136 obras e projetos nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Wander Borges - Ana Maria Resende - Paulo Guedes.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2009

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Braulio Braz e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Braulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.901/2008. Registra-se a presença do Deputado Eros Biondini. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita reunião de audiência pública no Município de Caxambu, para discutir o Projeto de Lei nº 3.217/2009 de sua autoria, que declara como Patrimônio Cultural do Estado a Estância Hidromineral de Caxambu; e Eros Biondini, em que solicita reunião de audiência pública para discutir os níveis de operacionalidade das companhias aéreas internacionais em Belo Horizonte e em Confins. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2009.

Eros Biondini, Presidente - Carlos Gomes - Braulio Braz.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2009

Às 10 horas, comparecem na catedral de Santo Antônio, no Município de Campanha, a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Lúcia Mendonça e o Deputado Neider Moreira. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a viabilidade e importância do tombamento da catedral de Santo Antônio e comunica o recebimento de ofício do Presidente da Câmara Municipal de Campanha, comunicando que foi aprovada por unanimidade a Moção de Aplauso nº 10, do Vereador Guilherme de Souza Serrano, à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pela realização de audiência pública para tratar do tombamento da referida catedral. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Lázaro Roberto da Silva, Prefeito Municipal de Campanha; Luiz Antônio Bacha, Presidente da Câmara Municipal de Campanha; Carlos Henrique Rangel, representando o Sr. Paulo Eduardo Rocha Brant, Secretário de Cultura; e Carlos Roberto Noronha, Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG -; Dom Diamantino Prata de Carvalho, Bispo Diocesano da Cúria Diocesana de Campanha; Monsenhor Luiz Augusto Furtado, Vigário-Geral da Diocese de Campanha; Padre Marco Antônio Iabrudi Filho, Pároco da Paróquia de Santo Antônio; e o Sr. Paulo Cesar Ferreira Ayres Júnior, Presidente da Comissão Pró-Restauração da catedral, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Juninho Araújo - Getúlio Neiva - Paulo Guedes.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 16/4/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença do Deputado Antônio Genaro (substituindo o Deputado Wander Borges, por indicação da Liderança do BPS). A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofícios nºs 390 e 395, da Sra. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário, em que informa sobre a visita de inspeção desse órgão à Penitenciária Francisco Floriano de Paula e ao Presídio de Governador Valadares, comunica a impossibilidade de comparecer à audiência pública da Comissão no Município de Pouso Alegre e encaminha o cronograma de visitas às unidades prisionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - realizadas por essa Ouvidoria no ano de 2008 e o diagnóstico do sistema prisional da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos Deputado Durval Ângelo (3) em que solicita sejam realizadas visitas à Vara de Execução Criminal da Comarca de Ribeirão das Neves e audiência pública, nesta Casa, para estudar e discutir as condições carcerárias do sistema prisional do Estado; e seja marcada visita ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, para discutir a afirmação deste, segundo a qual um terço da população carcerária estaria livre, caso contasse com assistência judiciária de qualidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2009.

João Leite, Presidente - Delvito Alves - Durval Ângelo - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo

número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar, em audiência pública, um balanço das emendas populares relativas às políticas de esporte, com a participação dos movimentos sociais que apresentaram propostas nas audiências públicas de discussão da revisão do PPAG 2008-2011. Ato contínuo, comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Lúcio Urbano Silva Martins, Ouvidor-Geral do Estado; Jairo Cruz Moreira, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça; e Augusto Henrique Lio Horta, Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente (3/4/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Theresinha Ribeiro Bonfim, Presidente da Federação Mineira de Ginástica; Luciane Sepúlveda Viana, Presidente da Federação Mineira de Xadrez; e os Srs. André Abreu Reis, Diretor da Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária da Secretaria de Estado e Gestão, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Rogério Romero, Secretário-Adjunto de Estado de Esportes e da Juventude; Cláudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Regional de Educação Física - 6ª Região; Paulo Sérgio de Oliveira, Presidente da Associação das Federações Esportivas de Minas Gerais; Wellington de Souza, Presidente da Federação Mineira de Ciclismo; Márcio Alves Pedrosa, Presidente da Federação Mineira de Peteca; Fernando Antônio Sander, Diretor Administrativo do Sindicato das Academias de Ginástica de Minas Gerais; e Maurício Peçanha, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Estão presentes, também, os Srs. João Victor Silveira Rezende, Diretor da Superintendência Central do Geraes, e Alexandre Massura, Gerente do Projeto Estruturador Minas Olímpica. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Neste momento, registra-se a presença do Deputado André Quintão, que assume a direção dos trabalhos e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini (2), em que solicita seja realizada reunião com os convidados que menciona, a fim de discutir a ocorrência de casos de pedofilia em Minas Gerais; e seja realizada visita ao acampamento dos sem terra no Bairro Céu Azul; Carlin Moura (2), em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater práticas e idéias no campo da comunicação popular, a fim de subsidiar a Conferência Nacional de Comunicação Popular anunciada pelo Presidente Lula; e para comemorar os 50 anos da Revolução Cubana. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2009.

André Quintão, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Eros Biondini.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 11ª reunião ORDINÁRIA da mesa da Assembleia, a realizar-se às 17 horas do dia 27/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembleia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 27/4/2009, destinada a homenagear o Hospital Vera Cruz por seus 60 anos de fundação.

Palácio da Inconfidência, 24 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 23/4/2009, as seguintes comunicações:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Humberto Leite Navarro Vieira, ocorrido em 18/4/2009, em Poços de Caldas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Leopoldo Porto, ocorrido em 11/4/2009, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à estudante Aline Silva Mattos, da Escola Estadual Nilza Luzia de Souza Butta; às Sras. Márcia Andrade Cardoso Dias e Maria da Silva Feitosa, respectivamente, professora e Diretora dessa Escola, e à Sgt. PM Maria da Conceição Pereira, instrutora do Proerd, pelo 1º lugar conquistado pela aluna, na categoria "redação", no XI Concurso de Redação, Frases e Desenhos - Viva Feliz sem Drogas - Família, Escola e Comunidade: Construindo uma Rede para a Vida (Requerimento nº 3.415/2009, da Deputada Rosângela Reis);

de congratulações com o 14º Grupo de Artilharia de Campanha - Grupo Fernão Dias por seus 91 anos de criação (Requerimento nº 3.441/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao "Diário de Araguari" pela realização do evento "Melhores do Campeonato Amador 2008" (Requerimento nº 3.449/2009, do Deputado Weliton Prado);

de apoio ao Sr. Otávio Luciano Camargo Sales de Magalhães, Vereador à Câmara Municipal de Muzambinho, pelo enfrentamento da ingerência do Promotor Público local (Requerimento nº 3.456/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de aplauso às bailarinas mineiras Ana Luiza Fillizolla, Bárbara Savoy e Juliana Abraão, pela conquista das primeiras colocações em concurso internacional realizado em Berlim, na categoria Dança Contemporânea, e à coreógrafa Joelma Barros, da Compasso Academia de Dança, dirigida pela bailarina Lúcia Vieira, que as preparou para a competição (Requerimento nº 3.460/2009, do Deputado Almir Paraca);

de congratulações com o Sr. José Maria dos Santos pela posse como Presidente da Diretoria Executiva do Sindágua (Requerimento nº 3.461/2009, do Deputado Chico Uejo);

de aplauso ao Mercado Central pelas comemorações dos seus 80 anos de fundação (Requerimento nº 3.462/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Associação Brasileira da Indústria Gráfica - Regional Minas Gerais - Abigraf-MG - pelas comemorações dos seus 40 anos de fundação (Requerimento nº 3.463/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Associação Médica Regional de Curvelo pelas comemorações dos seus 56 anos de fundação (Requerimento nº 3.464/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à PMMG pelas comemorações dos 25 anos da Transitolândia (Requerimento nº 3.465/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Escola Estadual Francisco Fernandes, do Município de Oliveira, pelo transcurso do 100º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 3.467/2009, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com a Paróquia Nossa Senhora Aparecida, no Município de Frutal, pela comemoração dos seus 25 anos de fundação (Requerimento nº 3.468/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Rotary Club Internacional pelos 104 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.473/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com os Srs. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, e Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, pela construção do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (Requerimento nº 3.474/2009, do Deputado Lafayette de Andrada);

de congratulações com a comunidade de São Lourenço pelo transcurso do 82º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.475/2009, do Deputado Neider Moreira);

de congratulações com a Associação Mineira de Magistrados - Amagis - por seus 55 anos de fundação (Requerimento nº 3.476/2009, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a comunidade do Município de Lontra pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.477/2009, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade do Município de Jaíba pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.478/2009, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade do Município de Icarai de Minas pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.479/2009, da Deputada Ana Maria Resende);

de apoio (a ser encaminhada aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) ao Projeto de Lei nº 3.299/2008, do Senador Paulo Paim, que extingue o Fator Previdenciário no cálculo do salário para efeito de aposentadoria (Requerimento nº 3.489/2009, do Deputado Bráulio Braz);

de aplauso ao 12º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, de Belo Horizonte, pelas comemorações dos seus 90 anos de fundação (Requerimento nº 3.492/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis - pelo lançamento da revista de arte e cultura "Magiscultura Mineira" (Requerimento nº 3.493/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Carlos Alberto Cerchi, Vereador à Câmara Municipal de Sacramento, pela realização da obra "Memória Fotográfica de Sacramento" (Requerimento nº 3.496/2009, do Deputado Weliton Prado);

de congratulações com a Sra. Alexandra Reschke, Secretária do Patrimônio da União; o Sr. Rogério Veiga Aranha, Gerente da Secretaria do Patrimônio da União, e a Sra. Júlia Maria de Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial da União, pelo trabalho desenvolvido na legalização da situação dos moradores do Município de Inconfidentes que ocupam imóveis de propriedade da União (Requerimento nº 3.507/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Caldas pelos 196 anos de fundação desse Município (Requerimento nº 3.508/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Associação de Cegos Louis Braille por seus 76 anos de fundação (Requerimento nº 3.509/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à comunidade escolar da Escola Estadual Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira, de Araxá, por ter essa instituição conquistado o 1º lugar em nível estadual no Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar e por ter sido considerada uma das seis melhores escolas públicas do País (Requerimento nº 3.517/2009, do Deputado Weliton Prado);

de congratulações com a Universidade Federal de Alfenas - Unifal - por seus 95 anos de fundação (Requerimento nº 3.527/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Chefe da Polícia Civil por não haver denúncia de tortura na cadeia pública do Município de Boa Esperança e pela designação do policial Eisenhower Soares de Almeida para efetuar a segurança dos Deputados durante visita a essa unidade prisional (Requerimento nº 3.557/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso aos policiais civis e membros do Ministério Público que atuaram na Operação Vandec III, que desmantelou uma quadrilha de assaltantes de banco (Requerimento nº 3.596/2009, da Comissão de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

26ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 16/4/2009

O Deputado Arlen Santiago* - Exmo. Sr. Presidente desta reunião, Deputado Ademir Lucas; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia - fundada pelo brilhante Deputado Alencar da Silveira Jr. -, que divulga a transparência deste Parlamento; senhoras e senhores. Estamos aqui para falar sobre uma constatação bastante difícil e complicada: a quantidade de pessoas vítimas do trânsito brasileiro, principalmente do mineiro, pois temos 20% das estradas federais. Infelizmente os nossos hospitais, pronto-socorros e institutos médico-legais encontram-se abarrotados de vítimas de acidentes de trânsito.

Temos uma indústria enorme de multas federais, estaduais e municipais de toda forma possível e imaginável. Mas a maneira de punir não tem reduzido a quantidade de vítimas do trânsito, portanto apresentei um projeto que visa mudar um pouco a tradição de se ver o Estado como aquele que pune. Estamos querendo mudar o foco para o Estado que afaga, que traz carinho para quem anda direito, para quem anda bem.

O projeto que apresentamos nesta Assembleia foi aprovado pela Comissão de Justiça, está sendo encaminhado para ser aprovado pela Comissão de Transportes e, posteriormente, por este Plenário. Nele propomos que o proprietário de veículo que não tenha nenhuma multa durante todo o ano obtenha 10% de desconto no pagamento do IPVA do ano subsequente, 15% no segundo, chegando ao teto de 20% após três anos sem nenhuma infração federal, estadual ou municipal. Com isso, mudaremos o conceito de Estado punitivo para Estado que premia o bom. A grande maioria dos motoristas termina o ano sem ser multado. Assim, desde que esse projeto seja aprovado no Plenário, esses motoristas terão um bônus que fará com que tenham ainda mais cuidado ao dirigir.

Comentei há pouco com alguns jovens esse projeto, eles até se preocuparam e disseram que seus pais provavelmente não vão querer emprestar o carro, pois, se houver multa, perderão esse benefício. É justamente para criar um pouco mais de responsabilidade e premiar o bom motorista que apresentei esse projeto. Premiar quem não tem nenhuma multa durante um ano e incentivar que não a tenha durante os anos subsequentes, pois, assim, o IPVA será mais baixo.

Os poucos críticos desse projeto dizem que isso pode diminuir a arrecadação do Estado. Com certeza, não. O que diminuirá é o gasto que os Municípios e o Estado, antes que recebem o dinheiro do IPVA, têm com o sistema de saúde, com a perda de vidas, com as pessoas que têm paralisias para o resto da vida, como também vários outros problemas.

Quero pedir a todo o povo mineiro que realmente trabalhem juntos para que esse projeto seja aprovado. Até agora, não vi nenhum Deputado desta Assembleia contra a premiação do bom motorista. Seria importante que vocês conversassem com seus Deputados e participassem, enviassem a esse Deputado informações que possam melhorar essa proposta.

Estamos criando uma frente parlamentar para mobilizar a sociedade, principalmente as pessoas com mais de 50 anos de idade, que, ao se aposentarem, recebem a triste notícia de que o valor da sua aposentadoria diminui muito em virtude do fator previdenciário, criado para que os cofres do Ministério da Previdência Social fiquem em situação melhor - e que os aposentados se arrependem. Uma pessoa de 51, 52 ou 53 anos que contribuiu durante 35 anos sobre 10 salários mínimos receberá menos de 40% do teto. Peço o apoio de todos neste momento. Meus assessores estão conversando com os Deputados.

Existe um partido que sempre falou sobre esse assunto, o PT. Seu Senador Paulo Paim apresentou um projeto extinguindo o fator previdenciário. Tal projeto foi aprovado por unanimidade no Senado e hoje aguarda aprovação na Câmara dos Deputados. Temos de mobilizar todo o povo brasileiro, para que possamos pressionar a Câmara dos Deputados a acabar com esse fator que fere o direito de aposentadoria, resultado de 35 anos de contribuição. Vemos quanta maldade é feita com os aposentados. O Ministro da Previdência, Deputado José Pimentel, é radicalmente contra o projeto apresentado pelo Senador e está trabalhando duramente para que não seja aprovado. Se a frente parlamentar for criada, viajaremos, reuniremos os aposentados, faremos audiências públicas, de forma a pressionar a Câmara dos Deputados a acabar com o fator previdenciário, que é um fator de maldade, que tira o dinheiro de quem contribui para o INSS.

Ainda dispomos de 6 minutos, portanto abordaremos outro assunto. Ouvimos falar muito da visita do Presidente Lula e do Governador Aécio Neves a Montes Claros, da criação da Universidade Federal do Norte de Minas. De fato, vemos que o Ministro Fernando Haddad é contra a criação de mais universidades federais no Estado. Parlamentares de outros Estados também são contra, como os paulistas e os cariocas, que têm apenas uma universidade federal. Minas tem 12 universidades federais.

Neste momento, o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente do PT de Minas Gerais, apresentou um projeto de inscrição ao Presidente Lula pedindo a não-criação da Universidade Federal do Norte de Minas. Discutimos muito o assunto e, juntamente com várias entidades estudantis, solicitamos-lhe que trabalhasse no intuito de criar essa universidade.

Como viu a rejeição dos outros Estados, está optando por apresentar à Comissão de Educação, da qual faz parte, um projeto que prevê o

desmembramento do câmpus da UFMG instalado em Montes Claros, que passará a ter autonomia. Esse é o caminho mais fácil, pois já temos 12 universidades federais no Estado. Discutindo com o Deputado Reginaldo Lopes, optamos por essa alternativa, que realmente pode ser eficaz. A UFMG tem seu câmpus avançado em Montes Claros, com suas instalações, então o desmembramento não é criação. Vamos apenas manter o que já está lá, aumentar, melhorar e dotar de autonomia. O Deputado Reginaldo Lopes já protocolou esse projeto de desmembramento na Comissão de Educação e vai convocar todos os mineiros, principalmente os norte-mineiros, todos os estudantes de Montes Claros e de toda a região para que participem de uma audiência pública na Câmara Federal, com a Comissão de Educação, para apoiar esse movimento que pretende criar na UFMG um braço mais forte, poderoso e autônomo para dar educação gratuita e de boa qualidade aos norte-mineiros e a todos que passarem no seu vestibular.

Entramos com um requerimento na nossa Comissão de Educação solicitando uma audiência pública com os jovens e os professores universitários dessa região e solicitando também que o Deputado Reginaldo Lopes venha à Assembleia de Minas para explicar quais os caminhos para que seu projeto de desdobração da UFMG em Montes Claros aconteça e nossos jovens tenham mais uma alternativa de ensino superior gratuito. Essa proposta não vai encontrar resistência por parte dos paulistas e, principalmente, dos cariocas.

Caro Presidente Deputado Ademir Lucas, resumindo, venho a esta tribuna tratar de três assuntos: primeiro, a premiação dos motoristas que não cometerem infrações no trânsito, com descontos no IPVA em vez de punição na ocorrência de infração. Esse projeto de minha autoria já foi aprovado na Comissão de Justiça, está na Comissão de Transportes e em breve chegará a este Plenário.

O segundo assunto diz respeito à criação de uma frente parlamentar contra o fator previdenciário. Já houve Presidente que chamou aposentado de vagabundo. Não queremos que essa situação de desprezo pelo aposentado, principalmente do INSS, continue. Queremos fazer coro com os Senadores que aprovaram, por unanimidade, o projeto do Senador Paulo Paim que acaba com esse fator previdenciário maléfico, que diminui os recursos do aposentado que contribuiu por 25 anos, mas ainda não atingiu a idade de 60 anos.

E, por último, a questão discutida conosco e vários estudantes de Montes Claros: o projeto de desmembramento do câmpus da UFMG em Montes Claros para que se torne uma unidade autônoma.

Em vez de criar uma universidade federal do Norte de Minas, separemos aquela unidade da UFMG, dotemo-la de possibilidade gerencial, aumentemos o número de cursos, a fim de que possamos trabalhar para fazê-la crescer, dando ao jovem de Montes Claros e do Norte de Minas oportunidade de estudar numa universidade federal gratuita de boa qualidade, a exemplo do que já acontece com as pessoas que estudam na nossa querida Unimontes, que vai muito bem, felizmente. É uma universidade muito bem gerenciada pelo nosso Prof. Paulo César de Almeida, com corpos docente e discente da melhor qualidade e mais de 14 mil alunos. Por esse caminho que o Deputado Reginaldo Lopes propõe, provavelmente poderemos ter o desmembramento da unidade de Montes Claros da UFMG. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Tenente Lúcio* - Sr. Presidente em exercício, Deputado Sargento Rodrigues, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho à tribuna para, com muita honra e orgulho, fazer uma saudação ao Exército brasileiro, que em 19 de abril comemora o seu dia. Aliás, também nessa data comemora-se o Dia do Índio, criado por decreto do Presidente Getúlio Vargas, em 1943. Os índios aqui encontrados e os africanos que chegaram posteriormente muito contribuíram para a formação cultural do Brasil. São inúmeras as contribuições da cultura indígena na culinária, na língua, nos hábitos e costumes, no artesanato e nas lendas que enriqueceram o nosso folclore.

O primeiro a conduzir de forma pacífica a aproximação com as tribos e a mostrar respeito pela sua integridade cultural e territorial foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 1892, como Tenente, iniciou a instalação de linhas telegráficas do Centro-Oeste até a Amazônia. É desse insigne militar a expressão "Morrer se preciso for, matar nunca", numa demonstração de que era um homem além do seu tempo. O embrião da atual Fundação Nacional do Índio - Funai - foi o Serviço de Proteção ao Índio, criado por Rondon em 1910. É o patrono da Arma de Comunicações do nosso Exército.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, sou oriundo dessa instituição secular, que me acolheu ainda jovem, na minha querida Uberlândia, onde prestei o serviço militar, freqüentando o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva - NPOR. Formado Oficial, servi durante um ano em Jataí, Goiás, no 41º Batalhão de Infantaria Motorizado. Voltando a Uberlândia, ao nosso glorioso 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, coloquei em prática os meus conhecimentos adquiridos sob a doutrina militar.

A carreira militar sedimentou em mim os valores apreendidos em casa junto ao meu velho pai, caminhoneiro, depois mecânico de balanças. Passei a ser um cidadão responsável, amante da paz e da ordem, além de cultuar a hierarquia e a disciplina, os pilares da organização militar. Fui comandante de muitos Soldados da minha região que hoje são parte de uma sociedade emergente e progressista. As recordações, o carinho e o respeito com que sou tratado pelos meus antigos subordinados, hoje amigos e irmãos, fizeram com que, ao ingressar na carreira política, adotasse como prenome o posto da hierarquia militar que me envaidece muito: Tenente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o serviço militar é a essência da cidadania. Vou falar-lhes agora sobre o berço da formação do Exército brasileiro, que teve origem na 1ª Batalha dos Guararapes, em Pernambuco, no dia 19/4/1648. Índios, brancos e negros se uniram em torno de um mesmo ideal: a defesa do nosso território contra o invasor holandês. Aí nasceu o Exército.

Os holandeses chegaram ao Brasil em 1624 e tinham como propósito estabelecer colônias no litoral brasileiro a fim de obter o domínio do Atlântico Sul e o monopólio de alguns produtos. Insatisfeitos com a dominação que se prolongava, os habitantes de Pernambuco resolveram pegar as armas em junho de 1645, a princípio sem apoio da Coroa Portuguesa, para expulsar os invasores. Era o compromisso imortal dos patriotas unidos sem distinção de classes ou raças. Vestidos e armados de forma rudimentar, usaram a malícia, a surpresa e uma inigualável capacidade de improvisação para cercar o inimigo, impedir o seu avanço e cortar-lhe os caminhos de suprimento.

Já em 1647, contando com o apoio do Rei de Portugal, as lutas se intensificaram, culminando na 1ª Batalha de Guararapes, ocorrida em 19/4/1648. Os brasileiros eram comandados pelo índio Felipe Camarão, o branco André Vidal de Negreiros e o negro Henrique Dias. Destaque também para o Mestre em Patrulhas Antônio Dias Cardoso, que hoje é o patrono da Tropa de Forças Especiais do nosso Exército brasileiro. Podemos concluir que a vitória dos Guararapes não foi obra do acaso, mas o resultado da ação vigilante e da liderança dos chefes, da bravura e do espírito combativo dos Soldados que constituíram o berço da formação do Exército Brasileiro. Justifica-se, assim, ter sido o 19 de abril consagrado oficialmente como o Dia do Exército.

Como Oficial da reserva, e hoje como parlamentar, não posso deixar de olhar o presente e exaltar o Soldado que defende as nossas fronteiras no Sul, no Centro-Oeste e na Amazônia. Nessas imensas regiões, também presta assistência à população, constrói e faz manutenção das nossas estradas. Homenageio o Soldado da caatinga, do pampa e do pantanal. Nas terras mineiras, o meu tributo vai para o Soldado da montanha, para os atiradores do tiro-de-guerra do nosso querido cerrado. Uma saudação especial para os Soldados brasileiros que estão a serviço da ONU, chefiados por um Oficial-General brasileiro, em missão de paz no Haiti. Além da imposição da paz, os nossos Soldados levam a mão amiga da ajuda humanitária para reconstrução e organização desse país.

E agora, uma homenagem à mulher militar. Desde 1992, as mulheres passaram a fazer parte da força terrestre com as mesmas dificuldades e responsabilidades dos homens. Atuam em áreas específicas de administração, magistério, saúde e engenharia.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esse é o meu, o seu, o nosso Exército. Das três raças unidas em Guararapes. Dos tempos de Caxias, o Patrono. Dos pracinhas comandados por Mascarenhas de Moraes, na Segunda Guerra Mundial. De todos, enfim, que atuam sempre a favor da liberdade, da paz e da democracia.

Eu aqui, perfilado, presto uma continência de respeito e de admiração a essa instituição modelar da nossa Nação. Parabéns, Exército brasileiro!

Sr. Presidente, quero agradecer a presença de dois companheiros e amigos: meu ex-instrutor, Cel. Orlando Efreim Natividade, e Cel. Luiz Carlos Loureiro, que muito nos honram com a presença. Sabemos que o nosso Exército, como já disse, é uma instituição secular, com quase 400 anos de existência.

Encontra-se aqui hoje representado pelo Cel. Orlando e pelo Cel. Loureiro. Muito obrigado por sua presença. Tenho a certeza de que o Exército se sente representado aqui, neste momento. Como parlamentar, Vereador que fui em Uberlândia, e hoje como Deputado, com maior representatividade, nunca me esquecerei dos 10 anos que passei no Exército brasileiro. Tenho a honra de dizer que tudo o que aprendi com a minha família, com os meus pais, levei para o Exército brasileiro, onde aprendemos a hierarquia e a disciplina nos pilares da democracia. Realmente, essas características devem reinar em meu coração, em minha mente e também na dos nossos familiares - minhas filhas, minha esposa e minha mãe. Hoje já não tenho meu pai, há um ano e meio, mas tenho a certeza de que ele estaria muito feliz, ao ver seu filho aqui hoje falando sobre o Exército, porque é uma entidade que tanto amamos. O Exército pode ficar 100 anos sem ser utilizado, mas não pode ficar 1 minuto sem estar preparado. Por isso a essa instituição, os nossos cumprimentos. Parabéns ao Cel. Orlando e ao Cel. Loureiro. Tenho a certeza de que o Cel. Teotônio está nos assistindo em Uberlândia e talvez esteja até emocionado. Agradeço a todos.

Para finalizar, agradeço a todos os Vereadores das cidades que estamos visitando. Eu, por ter sido Vereador por quatro mandatos, tenho consideração, carinho e respeito muito grande por todos, porque quem verdadeiramente representa o povo nessas cidades é, sem dúvida alguma, o Poder Legislativo, em especial cada Vereador. É aquela pessoa que entra pela porta da sala e sai pela porta da cozinha ou vice-versa, chama as pessoas pelo nome, é o anteparo da sociedade. Às vezes, o Prefeito é criticado, mas quem o defende é o Vereador, ou, às vezes, acontece o contrário, mas o Vereador está sempre ali ao lado da sociedade trazendo e levando, buscando benefícios para suas cidades. Portanto, este Deputado que lhes fala tem todo o carinho, respeito e consideração para com os Vereadores e certeza absoluta sobre sua valorização. Eles tiveram absoluta participação em nossa campanha, em nossa vitória. Não houve um Prefeito que me apoiou, a não ser o ex-Prefeito de Iraí de Minas, o Pedrão. Recebo com carinho especial cada Vereador e sou muito grato por ser muito bem recebido em cada cidade que visito como Deputado, como Presidente da Comissão de Turismo ou como parlamentar simplesmente. Sou muito bem recebido pelos Vereadores, pelas Câmaras Municipais, pelos seus Presidentes, e agradeço de forma especial. Podem contar sempre com o Deputado Tenente Lúcio, um ex-Vereador, um admirador, pessoa que sabe respeitar e entender as dificuldades pelas quais passam os Vereadores. Na hora de ganhar o voto, o Vereador ajuda o Prefeito, realmente resolve e ganha os votos, leva para o Deputado, mas, na hora de receber ajuda, tanto na esfera federal quanto na estadual, os Deputados preferem o Prefeito. Então, às vezes, o Vereador fica renegado. Podem ter certeza: o Deputado Tenente Lúcio prefere trabalhar com os Vereadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Saudação, Presidente. Saudação ao PDT, que está aqui à mesa com os Deputados Sargento Rodrigues e Alencar da Silveira Jr. E me antecedeu ainda o Deputado Tenente Lúcio, outro companheiro do PDT. Hoje o PDT está comandando o Plenário. Saudação também a todos os que nos acompanham, seja pela galeria, seja pela TV Assembleia.

Deputado Alencar da Silveira, eu teria de começar talvez cantando o "Aleluia". Não por causa da Páscoa ou da ressurreição do Cristo, que para nós é uma festa permanente e constante, mas porque, até que enfim, o Governador assinou a execução da segunda fase do programa Luz para Todos. Até que a ressurreição lembra luz...

Ocupei várias vezes esta tribuna para denunciar a morosidade, aqui em Minas, do Luz para Todos. Mais do que morosidade, a falta de respeito para com o homem, a mulher e o jovem rural. Com certeza, será o único Estado do País que não cumprirá a universalização do Luz para Todos. O governo mineiro, até que enfim, assinou 55 mil ligações, mas para terminar até dezembro de 2010.

O plano inicial era de que no Brasil inteiro se concluisse a universalização do Luz para Todos em dezembro de 2009. Mas, conforme o compromisso do Governador, que assinou a ordem esta semana, é de apenas 55 mil ligações, Deputada Cecília Ferramenta. Sabem qual é a nossa demanda em Minas Gerais? É de 115 mil ligações, que deveriam ser concluídas em dezembro de 2009, mas o Governador assinou apenas 55 mil ligações e conclusão somente em dezembro de 2010.

Não dá para entender que compromisso é esse com o desenvolvimento, sobretudo com o desenvolvimento rural sustentável, sendo que, como já disse aqui várias vezes, na verdade a demanda que temos hoje é de internet, de internet rápida, de banda-larga, usando-se a própria rede de energia para transferência de dados. Mas não temos sequer energia elétrica. Como avançar na agroindústria ou na qualidade de vida rural se não há energia elétrica? Até que enfim, pelo menos teremos essas 55 mil ligações, mas, para este ano, não chegaremos a 20 mil ligações. Isso é lamentável.

Mas ainda vale o aleluia. Trabalharemos ainda com detalhes o Luz para Todos.

Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, pelo ciclo de debates "Minas combate a crise", quando, através de um acordo de Líderes, transferiu todos os trabalhos desta Casa, nos dias de anteontem e ontem, para o Expominas, reunindo lideranças nacionais e até mesmo internacionais, embora tenhamos sentido falta de algumas outras lideranças de ideologia mais socialista. Cumprimentamos S. Exa. pela iniciativa. Cumprimentamos também o Deputado Sebastião Helvécio pela sua condução e sua participação, também representando-nos nesse evento importante para o Estado e para o País.

Esse ciclo de debates no Expominas, "Minas combate a crise", evidenciou que Minas, no que se refere ao governo do Estado, não está fazendo nada.

Temos de trabalhar as ações específicas do governo em relação à crise. Os Secretários que participaram do ciclo de debates apresentaram uma série de coisas que já estavam no planejamento de oito anos, como, por exemplo, as inaugurações citadas. Não eram essas as ações e a resposta que esperávamos do governo do Estado. O que queríamos ouvir era o que ele estava fazendo, especialmente em relação à crise, mas não ouvi nada sobre isso. No entanto, só para moradia, o governo federal destinou mais de R\$1.000.000.000,00, especificamente agora, na crise. Houve um reajuste do PAC. A firmeza do Presidente Lula determinou que as obras não deveriam parar; pelo contrário, o seu desejo foi intensificá-las, para ampliar recursos e gerar empregos na construção civil. Essa foi uma ação acertada do Presidente Lula em relação ao PAC.

Na agricultura, o nosso Presidente duplicou os recursos. O Plano Safra já havia sido lançado, com valores muito superiores aos do ano passado, e, apesar da crise, esses valores foram intensificados e ampliados para a agricultura, sobretudo a familiar, justamente para garantir emprego e produção na zona rural. Da mesma forma ocorreu com o FPM, que era uma reclamação dos Municípios, dos Prefeitos; nesta semana algo em torno de R\$1.000.000.000,00 foi lançado para garantir recursos a todas as Prefeituras, com o objetivo de repor a perda, ou melhor, repor em dobro.

A grande reclamação dos Municípios era o fato de o governo federal ter feito a redução do IPI, sobretudo relativo aos automóveis. Percebemos isso não mediante dados de nenhuma Liderança do Governo, mas com base na fala do próprio Diretor-Presidente da Fiat na América Latina, ao destacar que, com a redução do IPI sobre os automóveis, quem ganhou foi o Município, mas quem ganhou mais foi o Estado. Na verdade, a perda de mais de R\$400.000.000,00 foi do governo federal. Não tenho o número preciso, mas todos terão oportunidade de acompanhar a reprise desse ciclo de debates pela TV Assembleia, neste final de semana. Salvo engano, esse valor foi de R\$700.000.000,00, e, agora, ele deu um salto para R\$1.200.000.000,00, ou seja, o governo do Estado ganhou com a redução do IPI para os automóveis. Tanto isso é verdade que a recuperação do setor já tem dado mostras, com o efeito de uma ação imediata.

O pior é que a crítica feita ao Presidente Lula era que ele estava tratando a crise como marola, o que não é verdade. O Presidente Lula é um grande estrategista, um grande sindicalista; sua fala para o mundo, para garantir a auto-estima do brasileiro e não permitir depressão, teve como intenção desprestigar e menosprezar a crise. As ações do governo federal foram contundentes e estruturantes, porque, em tempo, garantiram a geração de emprego.

Vejam bem: precisamente no mês de dezembro de 2007, a média de venda de automóveis de todas as empresas, não só da Fiat, foi de 11.575 automóveis por dia. Era essa a média. Na crise, no ano passado, ela caiu para 8.200 automóveis por dia. Em março, depois de lançada a redução do IPI para os automóveis - vejam bem -, a venda por dia deu um salto para 11.866 automóveis. Agora, em março, nunca na história deste país se conseguiu vender tantos automóveis por dia. Repito, isso foi agora, no mês de março. Esse fato foi o que permitiu que a Fiat daqui, apenas, contratasse 742 trabalhadores. A Fiat está contratando! Ação do governo do Estado? Não! O que possibilitou isso foi uma ação do governo federal. O governo do Estado sempre fazendo críticas, mas, de concreto, nada.

Temos um escândalo em relação ao ICMS: é o ICMS sobre o álcool, sobre os produtos da agricultura familiar. Fizemos uma audiência pública aqui para garantir a redução desse imposto sobre a agricultura familiar. É uma vergonha o ICMS da multimistura. Gente, povo mineiro, a multimistura é um produto inventado pela Pastoral da Criança e do Menor, é uma mistura de farelos de arroz e de trigo, de sementes de abóbora e outras sementes, de casca de ovo torrada, é um concentrado nutritivo que salva vidas. Existem dados para todo o Brasil, as estatísticas mostram como a multimistura salva vidas. Ela é uma produção caseira, não existe nenhuma agroindústria nisso. O agricultor familiar vende para a Conab a fim de que ela seja doada para creches, para a Apae, para asilos, para escolas. Nessa transação da venda do agricultor familiar para a Conab, que é um órgão público ligado ao governo federal, o governo do Estado cobra 18% de ICMS, como também cobra de outros produtos caseiros, como a broa, o cobu, o biscoito de polvilho. A cobrança para todos esses produtos varia de 12% a 18%. É um programa social do governo federal que está sendo taxado pelo governo do Estado.

Temos a energia elétrica mais cara do País, e a nossa cobrança ao governo do Estado é que Minas poderia, então, reduzir o ICMS até mesmo para algumas empresas ou para as pessoas desempregadas. O governo federal prorrogou para até sete meses o seguro-desemprego, providenciou um conjunto de ações imediatas específicas para enfrentar a crise, mas o que vemos às vezes, de parte da mídia, é a crítica de que o governo federal tratou a crise como "marolinha". Eles não conseguem enxergar o conjunto de ações, em todas as áreas, para garantir emprego, renda, qualidade de vida. Não ocorreram cortes nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Ai se não fosse o Bolsa Família...

Termino, nestes 40 segundos que ainda tenho, Sr. Presidente, com a tese que o próprio Vice-Governador confirmou - e sempre fomos ignorados -, com a tese da Oposição nesta Casa.

Eles diziam que Minas crescia mais do que o País. Se o planejamento econômico funcionasse de fato, Minas não teria tido a crise mais aprofundada do País. O Estado em que a crise mais se agravou foi Minas Gerais, provando que a questão não está na eficiência do governo ou da gestão aqui em Minas, mas no fato de termos o maior campo de exportação na área siderúrgica, uma atividade minerária muito grande, enfim, uma riqueza natural que possibilitou isso.

O governo Lula, nos primeiros meses de governo, com o Governador Aécio Neves e a Fiemg, fez as caravanas. As críticas da imprensa eram: "Lula indo, Lula vindo", mas as viagens do Presidente Lula abriram o mercado para todos os Estados, e, na abertura de mercado internacional, o Estado que mais ganhou foi Minas Gerais, em virtude de sua riqueza natural, pela graça de Deus, que concentrou aqui quase todos os tipos de minerais para o consumo interno e sobretudo para a exportação. Então, há eficiência do governo federal, e, aqui, há muita conversa fiada. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha nesta Casa e que nos assiste pela TV Assembleia. O tema da crise tem tomado conta de todos os noticiários, e as análises são as mais diversas. Existem algumas coisas absolutamente claras, e, às vezes, ainda permitimos que as paixões partidárias distorçam muito as coisas. Tenho respeito por todos os colegas, e esse é um dos aspectos da minha formação democrática, portanto esse respeito não é abalado nem quando ouço comentários dos quais discordo profundamente. Principalmente, ao ouvir o Deputado Padre João dizer, no final do seu discurso, que o que se ouviu aqui foi muita conversa fiada.

Em todos os momentos da nossa vida, é preciso ter equilíbrio. Mas, ao se analisar uma crise que afeta a vida de milhões de pessoas, é preciso ter mais equilíbrio ainda. E fazer colocações, às vezes de forma agressiva, responsabilizando os outros e tentando trazer informações que não correspondem à verdade dos fatos não nos ajudará a sair da crise. Respeito as manifestações apaixonadas, tanto quando feitas do púlpito, do altar do templo que freqüente como católico, quanto aquelas feitas desta tribuna. Mas elas devem estar alicerçadas na verdade, que é algo sublime e emana de Deus, quer sejamos ungidos, quer não pelo sacerdócio. Mas vem aqui falar da multimistura, fazendo um apelo bem popular àqueles que, como eu, assim como o tribuno que me antecedeu e tantos outros, se preocupam com os excluídos das possibilidades de consumo. Sabemos que há necessidade de alternativas mais baratas de alimentação e que a multimistura foi muito bem concebida pela Pastoral da Criança, mas o Deputado Padre João disse que ela é tributada pelo governo do Estado, pelo ICMS, como se houvesse algum tipo de produção ou atividade econômica que fosse tributada somente por um tipo de imposto.

Aí não se discute, por exemplo, se aquela fábrica que produz o farelo de trigo não tem IPI, se não há Cofins quando se emite o faturamento. E não se discute uma série de outros tributos. Por exemplo, foi dito no seminário, com toda a clareza, e tem sido dito em todas as reuniões em que se faz análise da distribuição de impostos no Brasil: cada R\$100,00 de impostos arrecadados são pagos até pelo cidadão que recebe Bolsa-Família. Ele paga imposto quando compra qualquer coisa, até a multimistura, de uma caixinha de fósforos a um automóvel importado. A empresa recolhe aos cofres públicos, mas o cidadão, seja mais pobre, seja mais rico, ao consumir, paga o imposto. E todos, sem exceção, sabem disso. Por isso faço um apelo à reflexão sobre a verdade. Certamente, pelo amplo conhecimento que possui, o Deputado Padre João sabe que aproximadamente 60% da receita líquida, de tudo o que se arrecada de imposto, vão para os cofres federais. Algo entre 20% e vinte e poucos por cento - não chega a 30% - fica com o governo do Estado, e os pobres Municípios, que estão sempre com o pires nas mãos, ficam

com algo na casa de 10%, quando muito 15%, depende da forma como se faz a análise dessa arrecadação e da distribuição desses impostos. E não há um produto no Brasil de que se possa dizer que só é tributado pelo Estado, que não incidem sobre ele Cofins, IPI, imposto sobre o combustível, porque ele não precisa ser transportado, nasce da natureza espontaneamente, não se gastou nenhuma máquina para produzi-lo, nenhum adubo. Essa análise tem duas possibilidades quando dita dessa forma: ou ignora - e não estamos nos referindo a pessoas ignorantes - ou não tem a boa-fé que nos aproxima de Deus, da verdade. Não vim aqui fazer defesa do governo do Estado, vim fazer a defesa da verdade. Vamos discutir a questão tributária? Vamos, mas em cima da verdade, e não de uma análise isolada, de um aspecto da verdade, do aspecto que me interessa. Que contribuição estou dando para quem me ouve e me vê, se a minha análise não é completa?

Quero discutir a crise, e foi isso que me trouxe à tribuna. Mas tive de gastar alguns primeiros minutos, Sr. Presidente, para fazer essa minha consideração. Volto a dizer que respeito posição partidária, posições ideológicas e a crença, que, por sinal, é a mesma de que comungo, mas entendo que a verdade não foi dita aqui de forma completa. Faltaram os dados completos. Alguém pode dizer que estou acusando o meu colega de mentiroso. Não estou fazendo isso, pois acredito que ele não tenha tido essa intenção. Mas ele não disse, no meu entendimento, de forma completa, a verdade que a matéria requer para ser compreendida por aquele que me vê e que não pode ser interlocutor. Como às vezes nós, católicos, ficamos agoniados ao escutar o discurso no púlpito sem poder fazer a interlocução e dizer que não estamos compreendendo bem ou que compreendemos, mas não concordamos inteiramente. Ali, tudo bem, é uma regra do jogo. A regra aqui não, ela é do debate democrático. Se não concordo, digo que não concordo; se entendo que para a verdade há outros aspectos a ser considerados, abordo esses outros aspectos para que quem nos ouve diga: "Não pude conversar com a televisão, pois, se conversasse, diriam que sou um louco, mas houve um Deputado lá que levantou a sua voz e disse que não é assim tão simples como acabou de dizer o outro colega; a análise da questão tributária é mais complexa".

Faço, então, uma reflexão sobre a crise quanto à situação dos Municípios. Eu não tinha nem idéia de que seria feita essa responsabilização do Estado, como se ele fosse o culpado, porque aqui há ICMS, como se esse fosse o grande dos males. É um deles.

É preciso reduzir todos os impostos, e principalmente simplificá-los; todavia já havia notado que a crise, quando afeta os Municípios... - há algo curioso aí. Foi dito aqui que o Presidente da Fiat afirmou que, com isso, vendeu mais carro e recolheu mais imposto. Conseqüentemente, não houve queda de receita. Quero entender isso. Hoje, no "Estado de Minas", vi uma foto da Prefeitura de Itaúna, dirigida por um Prefeito do PT, manifestando seu protesto. Prefeituras de diversas cidades do PSDB, do PT, enfim, de todos os partidos, estão protestando. Os Prefeitos estão dizendo que caiu assustadoramente o FPM e houve queda na arrecadação. Ora, acreditarei no que disse o Presidente de um grupo empresarial, que por sinal é um grupo instalado em Minas e competente, como é o caso da Fiat, ou entenderei que as prefeituras estão realmente sofrendo? Se a prefeitura sofre, também sofre o cidadão, pois falta dinheiro para pagar a folha de pagamento, manter a escola e o posto de saúde, e melhorar a cidade, que é onde ele vive.

Portanto, a crise está afetando os Municípios e requer, de fato, atitudes dos governos federal e estadual. Não devemos ficar brigando se o culpado é um ou outro governo. É preciso fazer uma análise ampla, sem paixão partidária, e entender que o Município está afetado. Temos de nos unir para termos a possibilidade de superar essas dificuldades.

Há dois aspectos importantes nessa crise que têm possibilidade de solução. E aí, de forma mais diretamente ligada ao governo federal, lembramos a agricultura. Minas Gerais é o maior produtor de leite e de café do Brasil. Ao me referir a esses dois produtos, estou referindo-me a milhões de mineiros, não só aos que estão no campo, mas também aos que estão na cidade e fazem parte dessa cadeia produtiva. Não quero referir-me a todos que consomem, que seriam todos nós, sem exceção, mas especificamente a quem depende da produção do alimento para garantir a sua renda, para sobreviver.

Houve alguns aspectos assustadores, Sr. Presidente. Por exemplo, o preço do leite caiu de R\$0,80 para R\$0,40 em muitas regiões de Minas. Mas não caiu para o consumidor. Nesse processo de crise, há uma atitude perversa em que o consumidor não se beneficia e quem está produzindo é literalmente lesado e precisa de uma política pública para protegê-lo dessa exploração. O caso do café é gritante, pois a saca esteve a mais de R\$350,00 e hoje está a R\$250,00, abaixo do custo de produção. Observem um aspecto interessante. Quanto a esses produtos, não se pode dizer: vou parar de consumi-los. A tendência numa crise é a de que alimentos continuem sendo consumidos. O que ocorreu com o café no primeiro trimestre deste ano? A exportação aumentou aproximadamente 30% em volume. Todavia o dinheiro que entrou no País caiu em 2%. Exportamos mais, trabalhamos mais e arrecadamos menos. Então, o produtor vai empobrecendo, chegando ao ponto de não conseguir sobreviver. Mais pessoas vêm para a cidade, provocando mais violência e miséria. É preciso reagir a isso. Como reagir? Por que me referi ao governo federal?

O governo anunciou que está emprestando dinheiro para o FMI. O que os cafeicultores pediram há vários meses e continuam implorando? Que o governo fizesse uma espécie de empréstimo, aliás, não um empréstimo para levar o calote, mas uma compra consignada do café que fica armazenado em cooperativas, para o produtor não ter de vendê-lo pelo preço que o comprador desejar pagar. O comprador está abusando e jogando o preço para baixo.

Portanto, o produtor pediu ao governo que fizesse o que já foi feito no passado: estoque regulador. Compra-se o café por meio da Conab. O produtor demonstra que ele está armazenado num armazém devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura, recebe o dinheiro da venda e tem o prazo de um ano. Se o preço de mercado melhorar, terá a opção de vendê-lo e pagar ao Banco do Brasil. Todavia, se não melhorar, o governo poderá leiloá-lo ou vendê-lo num outro momento, pois tem caixa para isso. O governo está emprestando para o FMI, mas não tem caixa para manter funcionando a economia da agricultura brasileira? É claro que tem. É preciso tomar a decisão e não permitir que o produtor continue sofrendo esse abuso do comprador, que usa o poder de chegar a esse produtor desesperado, com o título vencendo no banco e a necessidade de pagar o seu funcionário e a fatura do adubo usado numa lavoura anual.

Então, há alternativa e deve ser construída dentro do entendimento, através da análise de todos os aspectos, não apenas de uma parte do problema. Sr. Presidente, na agricultura e na pecuária todos sofrem. O problema é de calamidade, mas há saídas, há soluções para isso.

Refiro-me a outro setor que sofre muito com esse problema: é o setor siderúrgico, setor da metalurgia. Verifica-se, por exemplo, que a Fiat, em razão da redução do IPI neste primeiro trimestre, bateu recorde de número de veículos vendidos e, obviamente, tem condição de produzir mais. Mas, curiosamente, o setor siderúrgico - que está nessa cadeia produtiva porque, afinal, não se fabrica carro sem aço e não se fabrica aço sem ferro-gusa - está destruído. O Brasil começa a importar aço. Justamente este país, que se consolidava como uma potência exportadora de ferro-gusa e de aço, está importando. Temos de ter uma política que proteja a indústria nacional, porque é isso que fazem lá fora. Se não tomarmos uma atitude mais rápida, veremos a indústria de automóveis se reerguer com aço importado, num país que exporta o minério bruto. Precisávamos de exportar sempre aço, e não, minério bruto, "commodities"; devíamos exportar também a tecnologia, gerando emprego aqui dentro.

Portanto, Sr. Presidente, termino dizendo que nos reuniremos agora na Comissão Especial desta Casa para tratar da nossa preocupação com a crise. Que, de maneira objetiva, continuemos debatendo o assunto e fazendo uma análise completa ao verificar as responsabilidades do Estado, do governo federal, da iniciativa privada, para que encontremos a solução juntos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que criamos há 14 anos para dar transparência a esta Casa e também para que chegássemos a todos os rincões de Minas Gerais, estamos ainda solicitando e cobrando a atenção do Ministro Hélio Costa, que esteve nesta tribuna e garantiu que a Assembleia terá uma TV aberta. Isso dará condição para que a nossa

TV chegue às residências de todos os Municípios e não somente àquelas, situadas em Belo Horizonte, onde há TV a cabo.

Sr. Presidente, assomo a esta tribuna após participar de dois dias do debate "Minas combate a crise". Nenhum dos palestrantes do evento expôs nem analisou o assunto de que tratarei aqui. O Brasil é um país que vive de falsas promessas. Os discursos saem vazios. Abusam, principalmente, da boa-vontade e paciência do povo brasileiro. Venho a esta tribuna para falar sobre um tema discutido há vários anos no Congresso Nacional, mas que não avança. Os políticos falam, falam, e ficam somente na palavra. Trata-se da unificação das eleições no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos anos, diversas propostas de emenda à Constituição foram apresentadas na Câmara Federal com o objetivo de unificar as eleições em todo o País, para que tenhamos eleições simultâneas dos Chefes dos Executivos Federal, Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais e Estaduais e Vereadores; porém, com discursos vazios, defenderam a idéia, chegaram a um certo ponto e estagnaram. O projeto nunca recebeu a atenção devida, Sr. Presidente. A história é sempre a mesma: quando o projeto de emenda à Constituição entra em pauta, alguém solicita adiamento da discussão para analisar o parecer, o texto, e fica por isso mesmo. Assim acontece com vários projetos da reforma política que estão em tramitação no Congresso.

No caso específico da unificação de mandatos, considerando o momento pelo qual o País passa, com retração da economia e aumento do desemprego, torna-se ainda mais urgente a discussão e aprovação dessa proposta. Seguindo o exemplo das empresas, que estão cortando custos, ajustando sua situação à realidade econômica, os governos deveriam preocupar-se com os gastos públicos, principalmente porque esse dinheiro vem do bolso do contribuinte, que sofre com a retração do mercado de trabalho.

Em Minas, o Governador Aécio Neves, que sempre sai na frente, tomou a decisão de tratar com mais rigor o custeio de todas as administrações. Portanto, Sr. Presidente, está passando da hora de o País discutir com seriedade a unificação das eleições, de modo a reduzir consideravelmente o custo da Justiça Eleitoral. Assim, haveria também melhor andamento das agendas nas Casas Legislativas, que praticamente param de dois em dois anos. Quero lembrar e relembrar que em ano de eleição municipal os parlamentares param para fazer campanha eleitoral e só pensam na campanha de seus Prefeitos e Vereadores; em ano de eleição estadual e de eleição para a Presidência da República, esta Casa, o Congresso, os políticos param e pensam somente na reeleição, na própria sobrevivência e nos mandatos de cada um dos parlamentares.

De acordo com o TSE, foram gastos R\$462.000.000,00 nas últimas eleições, dinheiro usado apenas para operação de equipamentos, transporte de urnas, impressão de cadastros de eleitores e relatórios de votação e alimentação de mesários.

São gastos R\$462.000.000,00 de dois em dois anos. A esse valor podemos incluir mais R\$242.000.000,00 de prejuízo aos cofres públicos, com a isenção de impostos concedida a emissoras de TV pela transmissão do horário eleitoral. O que poucos sabem, caros Deputados, é que no Brasil o horário eleitoral gratuito não tem nada de gratuito. O decreto de 2001 que regulamenta a matéria autoriza as emissoras de TV e rádio a abater do Imposto de Renda 80% do valor que seria pago por eventual anunciante no tempo de exibição dos programas políticos. Ou seja, mais uma vez, é o contribuinte que "paga o pato".

Nas últimas eleições, cada brasileiro pagou R\$1,32 para receber informações sobre os partidos políticos, uma vez que o Brasil tem cerca de 184 milhões de habitantes. Somando o custo do TSE com o montante que deixa de ser arrecadado pela Receita Federal, podemos concluir, caros Deputados, que as eleições municipais de 2008 custaram R\$704.000.000,00 aos cofres públicos. Para que vocês, telespectadores da TV Assembleia, tenham idéia da magnitude dessa cifra, basta mencionar que esse dinheiro seria suficiente para o governo federal construir 32 mil casas populares. Hoje, o Programa Lares Geraes, de habitação popular, do governo de Minas Gerais, tem um fundo com somente R\$418.000.000,00. O objetivo é construir 20 mil moradias até 2011.

Vemos, portanto, que o custo das eleições é bem maior que o povo imagina. Repito: o governo gasta R\$704.000.000,00 a cada dois anos. Outra comparação interessante que se pode fazer é com o valor investido nas obras do Orçamento Participativo de Belo Horizonte. De 1993, quando foi lançado o programa, até hoje, investiram-se R\$873.000.000,00 em mais de mil obras espalhadas pela cidade, como construção de escolas, postos de saúde e criação de áreas de lazer e cultura. O valor é pouco maior do que o gasto que o governo tem de dois em dois anos para realizar as eleições. Srs. Deputados, uma eleição custa R\$704.000.000,00 aos cofres públicos.

Para o Projeto Vila Viva, em que a Prefeitura investe em saneamento básico, remoção de famílias e construção de casas, são gastos R\$143.000.000,00. Imaginem quantas vilas e favelas poderiam ser revitalizadas no Brasil com R\$704.000.000,00. Em tempos de crise, Sr. Presidente, esse dinheiro daria para pagar o salário de nada menos que 1.414.000 trabalhadores, com o salário atual de R\$465,00.

Além do custo financeiro para o Brasil, as eleições de dois em dois anos geram um problema muito sério: a interrupção da agenda de trabalho das Casas Legislativas e dos governos municipais, estaduais e federal. Em ano de eleição para Governador, quando um cidadão pede ao Prefeito para fazer uma obra, a resposta é negativa, por se tratar de ano eleitoral.

Isso significa que a Prefeitura pára, que o Brasil pára. Em ano eleitoral o País pára, porque o Prefeito fica impedido de fazer uma obra, por se tratar de obra eleitoreira, que vai cassar o mandato do seu Deputado. A rotina é essa. Além de paralisar os projetos em andamento, muitas vezes inviabiliza a implantação da política e ações importantes para os Municípios e para os Estados em todo o País.

O caso se agrava, Sr. Presidente, com os inúmeros ocupantes de cargos eletivos que disputam eleições de dois em dois anos. Quantos são os Deputados desta Casa que deixam esta Casa apenas com dois anos de mandato? Ficam um ano aqui, trabalham, apresentam projetos e, no outro ano, vão fazer política na sua cidade, elegendo-se Prefeitos e deixando aqui todo o seu trabalho. Quantos projetos receberam parecer em comissões, que estão aqui e os Deputados já se foram! Temos que analisar também o caso dos Vereadores que deixam seu mandato nos Municípios para candidatarem-se a Deputado Estadual ou Federal.

Quero lembrar e relembrar os malefícios de uma eleição realizada de dois em dois anos. Estamos aqui para solicitar que o Congresso tome uma posição. Se tivermos uma única eleição de quatro em quatro anos, de cinco em cinco anos, quem tiver vocação para ser legislador municipal vai ser legislador municipal, o Deputado Estadual vai ser Deputado Estadual, o Deputado Federal vai ser Deputado Federal, o Prefeito vai ser Prefeito, o Governador vai ser Governador. É necessário acabar com esse pula-pula de cargos. Imaginem o custo para o desenvolvimento dos Municípios. Se um Prefeito deixa seu Município depois de dois anos para se candidatar a Deputado Estadual ou Federal, até que o Vice-Prefeito tome pé do que está acontecendo o mandato passa, e o Município pára. Temos também o outro lado, o Deputado que deixa seu cargo para candidatar-se a Prefeito. Para se ter uma idéia, 93 Deputados Federais disputaram as eleições para Prefeito e para Vice-Prefeito em 2008. O número representa 20% dos 503 Deputados do Congresso. Nesta Casa o percentual foi o mesmo. Dos 77 Deputados desta Casa, 17 disputaram as eleições de 2008. E esta Casa pára. Está parando, como o Brasil pára nessa época, em razão do enorme número de feriados. Está na hora de acabarmos com a hipocrisia e discutirmos com seriedade. Precisamos nos mobilizar, pressionar o Congresso para aprovar a unificação das eleições.

Há quem diga que a unificação das eleições vai confundir a cabeça dos eleitores pelo enorme número de candidatos. Mas quero lembrar que com a urna eletrônica só vamos acrescentar dois nomes: Vereador e Prefeito. O povo brasileiro sabe o que vai fazer. A vantagem das unificações seria o fortalecimento dos partidos políticos.

Sr. Presidente, Deputados, com a unificação das eleições vamos acabar com o que acontece hoje. O PT se coliga, na Câmara, com o PMDB, mas, em qualquer Município, o PMDB é brigado com o PT. Isso vai acabar, a unificação das eleições vai fortalecer os partidos políticos. Teremos verdadeiramente partidos políticos neste Brasil, não partidos que sirvam exclusivamente para as pessoas filiarem-se, candidatarem-se e elegerem-se.

Sr. Presidente, pediria mais um tempo para finalizar, já que estou no final do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos, telespectadores da TV Assembleia, peço, então, que entrem comigo nessa luta. Quem ganhará é o povo brasileiro. Ninguém agüenta mais eleição de dois em dois anos. Ninguém agüenta mais campanha política de dois em dois anos. O povo brasileiro não agüenta mais. Ele tem de ser respeitado. O Congresso tem de tomar pé da situação. Discute-se a crise, mas ela é política, Sr. Presidente. Estamos criando uma frente popular com esse escopo. Já tive oportunidade de conversar com vários colegas jornalistas, com estudantes, com partidos políticos, com todos os segmentos da sociedade sobre essa questão. Estamos criando uma frente popular pela unificação das eleições. Colheremos assinaturas em pontos estratégicos de Belo Horizonte, em cidades de Minas Gerais e em todo o Brasil, para serem entregues aos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e da República. É um movimento que, tenho certeza, dará resultado.

São gastos R\$704.000.000,00 de dois em dois anos. O Brasil, o povo brasileiro não suporta e não pode aceitar mais essa situação. Quem quiser informações pode entrar no "blog" "eleiçõesunificadas.wordpress.com". Repito, chegou a hora de fazermos alguma coisa, de solicitar, de pressionar o Congresso. É uma semente que estamos plantando nesta tribuna. Tenho a certeza de que será uma caixa de ressonância, pois são gastos R\$704.000.000,00 de dois em dois anos. Iremos aos DCEs, aos câmpus, a fim de conscientizar as pessoas sobre essa questão e mostrar-lhes quanto o Brasil gasta, além do desperdício que é essa situação. Queremos democracia, mas está na hora de o Congresso pensar que temos de unificar as eleições neste país.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero ser solidário, como jornalista, pois estou parlamentar, com o companheiro Néelson Batista, que foi agredido no IML de Betim. Tentaram prendê-lo. Ele, funcionário do jornal "O Tempo", estava no trabalho. Pelo fato de ter mostrado a realidade, a polícia o prendeu. Queriam levá-lo para o Ceresp. Quero ser solidário com esse companheiro. Será que estamos voltando à ditadura, à repressão contra a imprensa? Será que não podemos mostrar a realidade? Foi um absurdo o que aconteceu. Pelo fato de mostrar a realidade de uma repartição pública, a polícia mandou prendê-lo. Não podemos permitir essa situação, Sr. Presidente. Hoje prendem um colega jornalista, fotógrafo, amanhã estarão aqui dentro desta Casa prendendo Deputado, acabando com a nossa dignidade e cerceando o que dizemos aqui. Sou, portanto, solidário com esse companheiro. Peço providências ao Ministério Público, pois isso não pode acontecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembleia, ontem e anteontem, participamos ativamente do ciclo de debates "Minas Combate a Crise", promovido por esta Casa. Durante o seminário, pairou no ar a preocupação que os Municípios, e não só os mineiros, mas também os do Brasil, têm em relação à sua perda de arrecadação e às políticas compensatórias a serem adotadas. E hoje, ao acordar, ainda cedo, abrindo o nosso grande jornal dos mineiros, o "Estado de Minas", deparei com um brilhante artigo do grande articulista Batista Chagas de Almeida, que traz, sem dúvida nenhuma, uma das notícias mais auspiciosas dos últimos tempos.

O artigo é tão positivo que peço vênua para ler o seu conteúdo. O Batista Chagas diz o seguinte: "Lula ligou a locomotiva". A Oposição vai estrilar. A dama de ferro - quem diria? - conseguiu amolecer o coração da equipe econômica do governo. Se o pacote para os Prefeitos já surpreendeu, as tabelas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - para o ano que vem deixam os analistas boquiabertos. E as mudanças nas metas para este ano - eu disse este ano - são ainda mais estupefacentes. O governo resolveu abrir o cofre. Projeto de lei em regime de urgência urgentíssima, que chega ainda nesta semana ao Congresso, vai reduzir ainda mais o superávit primário para este ano. A meta de 3,8% do PIB - soma das riquezas produzidas no País - cai para 2,5%. É isso mesmo, o governo terá uma fortuna para fazer investimentos, com dinheiro que, diferentemente de outros anos, estava economizando para pagar juros da dívida. A redução será de 0,75% no superávit da União; 0,5% nas estatais; 0,5% na Petrobras; e 0,05% nos Estados e Municípios. Só no ano que vem, o superávit volta a 3,3%, como previsto no projeto da LDO.

O pacote prevê bondades para os Estados. Pelo jeito, sem preconceito de cor partidária. Daí a dificuldade que a Oposição terá para combater a proposta. O governo vai atender os Governadores de forma diferente da que fez com os Prefeitos. Vai liberar os cofres estaduais da contrapartida nas obras federais realizadas em seus territórios. Com isso o governo federal paga toda a obra e os Estados têm dinheiro de sobra para investir em mais obras. Por exemplo, suponhamos que o Governador Aécio Neves tenha de colocar 20% de uma obra de R\$100.000.000,00 numa estrada federal. Agora, o Tesouro Nacional vai pagar os R\$100.000.000,00 e Minas Gerais terá os R\$20.000.000,00 que teria de aplicar para fazer outra estrada ou duplicar um novo trecho. Alguém vai reclamar?

Na verdade, o Presidente Lula acionou a locomotiva que pretende puxar os vagões capazes de tirar o Brasil da estagnação econômica provocada pela crise internacional e, com isso, alavancar a candidatura da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República. Dinheiro não vai faltar."

Esse artigo, Sr. Presidente, é muito ilustrativo, pedagógico, e mostra a responsabilidade e a justiça com que o Presidente Lula vem tratando o enfrentamento da crise internacional. O Presidente Lula já havia atendido ao pedido dos Prefeitos, quando acatou uma emenda apresentada pela Bancada do PCdoB, em Brasília, a qual determinava que a cota de repasse mensal do FPM não poderia ser inferior à de 2008.

Lembro que em 2008 estávamos no auge do crescimento econômico. O repasse mínimo foi congelado por meio do teto máximo. Como diz o Ministro Lúcio: "Congelou no tempo das vacas gordas". Então os Municípios terão a garantia do repasse do FPM. E agora o Presidente Lula atenderá àquilo que é uma demanda histórica deste país. Isso representa uma vitória da forma de governar deste governo e também da sua forma de ver como se governa, porque atacou o grande gargalo que é o superávit primário, a origem da falência do sistema que estava em curso no mundo, o sistema especulativo "financeirizado". O que era o superávit primário? O Brasil reservava e reserva, por ano, R\$200.000.000.000,00 somente para pagar o serviço da dívida aos especuladores da Bolsa de Valores e o capital financeiro especulativo, que entrava em um dia no Brasil e saía no outro. Esse dinheiro era destinado a garantir o lucro dos especuladores. Ao reduzir esse superávit primário de 3,5 para cerca de 2, teremos dinheiro para investimento no País. Isso é o mais importante.

Para que quem está me ouvindo possa entender, imaginem uma obra de parceria entre o governo federal e o governo do Estado - por exemplo, a duplicação da BR-381. Pelo sistema da parceria, o governo federal entra com uma parcela e o governo do Estado deve complementá-la. Conforme o exemplo que foi dado aqui, se o governo entra com R\$80.000.000,00, o governo do Estado deveria entrar com R\$20.000.000,00. Vejam a maestria da proposta: a partir de agora o governo federal entrará com R\$100.000.000,00, com a totalidade dos recursos. Por fim, aqueles R\$20.000.000,00 que competiam ao Estado e ao Município serão investidos em obras. É assim que alavancaremos o crescimento econômico. Assim enfrentaremos a crise internacional: alavancando o desenvolvimento deste país por meio do investimento público. Mais uma vez, o Presidente Lula confirma sua competência e compromisso com o Brasil e mostra que é o melhor Presidente da história deste país nos últimos anos. Então estamos caminhando, sim, para enfrentar a crise e sair dela utilizando a política do investimento, da valorização do Estado como indutor do crescimento econômico.

Durante o debate de combate à crise fizeram ao Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais a grande pergunta que não se cala: qual é o pacote do governo Aécio Neves para o enfrentamento da crise? Os mineiros querem saber como se dará a contribuição do Estado de Minas Gerais para que os Municípios saiam dessa crise. Tivemos ontem, com muita maestria, cerca de 700 Municípios que fecharam suas portas em protesto justo pela política de compensação. Mas queremos saber. Não adianta cobrar somente do governo federal e do Presidente Lula. Deve-se cobrar, sim, e o Presidente Lula tem dado as respostas, mas queremos saber dos Prefeitos. Não vamos cobrar do governo de Minas Gerais a política de compensação das perdas dos Municípios? Não vamos cobrar do governo de Minas Gerais uma política, por exemplo, para compensar os gastos que os Prefeitos e as Prefeituras têm com a Polícia Militar e sua gasolina, com aluguel da Polícia Civil, com telefone das polícias e com o Corpo de Bombeiros? Muitas vezes o Município gasta muito com aquilo que não é sua obrigação, mas sim do Estado. Este precisa fazer também uma política de compensação desses gastos.

Não vamos cobrar, por exemplo, vários Municípios que mantêm o ensino de 2º grau, o ensino médio ou o profissionalizante mantido pelos cofres do Município, como, por exemplo, em Contagem, onde a nossa Fundação de Ensino, a Funec, é mantida pelos cofres do Município, mas é obrigação originária do Estado. O Estado tem de ter uma política para compensar esses Municípios pelas perdas que ele está causando.

Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito com a postura dos empresários que estavam no seminário, que mostraram uma visão otimista; de forma muito especial, foi a visão otimista do Presidente da Fiat na América Latina, Cledorvino Belini, que demonstrou por "a" mais "b" que, se o mundo se resumisse na Fiat Automóveis de Betim, não haveria crise no mundo. Porque, apesar de uma pequena diminuição no número de veículos vendidos em outubro do ano passado, o fosso da crise, rapidamente essa política foi recuperada, e a Fiat voltou a vender os seus automóveis. São palavras do Presidente da Fiat: "Em março de 2009, a Fiat bateu recordes de produção e venda de veículos no País". Ele estava muito otimista, dizendo, aliás, que o País tem potencial para produzir mais 100 milhões de automóveis. Não houve crise para eles. Agora o que precisamos perguntar para o Sr. Belini, Presidente da Fiat, é por que, ao primeiro sinal de crise, foi o primeiro a demitir 5 mil trabalhadores do Grupo Fiat. Eles não reporão esses empregos, pois a recuperação da economia dele já veio, a venda dos veículos já voltou. E o emprego? Temos de ter o mesmo nível de empregos que tínhamos antes. Essa é a cobrança que temos de fazer. Essa é a forma que temos para sair realmente dessa crise. Cada qual tem de ceder um pouco; não pode ficar apenas nas costas do trabalhador ou dos postos de trabalho. Também utilizam o discurso da crise para demitir os nossos trabalhadores, e não é porque a empresa não agüentava manter os postos de trabalho, pois, quando se demite um trabalhador - e nisto o Ministro do Trabalho Carlos Lupi foi muito claro -, na prática o empresário ganha com isso. Porque, se precisa recontratar mais à frente, ele o faz com a mão-de-obra mais barata e com menos encargos. Essa é a grande questão. O Presidente da Fiat mostrou um dado muito interessante, por meio de gráficos e tabelas. A redução do IPI, sem dúvida nenhuma, reduziu a arrecadação do governo federal na alíquota desse imposto, uma redução pequena e irrisória, mas o Presidente da Fiat mostrou também que, com a redução do IPI, com o retorno da venda de automóveis em Minas Gerais, aumentou a arrecadação de ICMS, o principal imposto que o Estado de Minas Gerais arrecada. Quando se compram mais carros, quando se vendem mais carros, paga-se mais ICMS. Esse imposto, em Minas Gerais, aumentou. Minas não teve perdas com o seu principal imposto. Essa realidade foi colocada no seminário. Acredito e estou convencido de que a crise apresenta possibilidades. O governo do Presidente Lula tem tomado atitudes concretas, sérias e eficazes para o enfrentamento da crise. Esperamos que agora o governo do Estado faça o mesmo.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Carlin, eu estava aguardando o encerramento do seu pronunciamento. Acredito que todos nós, cada um a seu estilo, com seu empenho e no seu nível de competência governamental, estamos preocupados e empenhados em achar soluções que possam não só amenizar, mas também solucionar uma série de problemas que estão afetando o povo brasileiro. Precisamos ter um espírito tal, que não nos permita às vezes, no calor dos debates, caminhar aqui para confrontos que não nos ajudem a achar a solução dos problemas. Precisamos de ações concretas.

Verificando que não há número regimental, gostaria de agradecer ao nobre Deputado Carlin Moura a concessão do aparte e pedir a V. Exa., Presidente, que, tão logo o Deputado Carlin Moura conclua o seu pronunciamento, encerre, de plano, a reunião porque não há número regimental para a continuação dos trabalhos. Além do mais, todos os que aqui estão já fizeram uso da palavra. Do contrário, vamos apenas repetir aquilo em que acreditamos, e nós podemos fazer mais que falar. Podemos, cada um de nós, a sua forma, buscar algumas ações concretas.

Portanto, agradeço ao nobre Deputado e peço ao Sr. Presidente que encerre, de plano, a reunião, por não haver número regimental.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Presidente, eu estava inscrito para falar, assim como o próprio Deputado Domingos Sávio; portanto, se o pedido do Deputado Domingos Sávio for atendido, esta Casa vai abrir um precedente de desrespeito aos Deputados inscritos. É um precedente que passará a valer.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Sr. Presidente, na semana passada, eu estava inscrito para falar, quando o nobre Deputado Weliton Prado pediu o encerramento da reunião. Tenho o maior respeito pelo Deputado Padre João, mas o Regimento é soberano.

O Deputado Carlin Moura* - Presidente, eu gostaria de concluir antes que o Deputado Padre João continuasse a sua fala.

Gostaria de ponderar ao ilustre Deputado Domingos Sávio que ele também está inscrito para falar pelo art. 70, assim como o igualmente ilustre Deputado Padre João. Deputado Domingos Sávio, faço um apelo a V. Exa., porque estamos tratando de um tema de fundamental importância. Este é o momento de se discutirem as saídas para a crise. Não podemos fugir desse debate.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Para lhe responder, informo que, neste momento, a comissão especial encontra-se reunida, e gostaria de convidar os nobres Deputados a participar dessa reunião, pois o que está em discussão é uma agenda objetiva para trazer os Prefeitos, as lideranças sindicais e a sociedade, a fim de darmos seqüência ao seminário que a Assembleia realizou. Portanto, não há nenhum impedimento para o debate, apenas gostaria de fazer uso do Regimento de uma maneira absolutamente legítima.

Além do mais, relembro ao nobre Deputado Padre João que não se trata de nenhum precedente. Parece-me que foi na semana passada, eu estava inscrito, ansioso para me manifestar, quando o Deputado Weliton Prado, ao término de seu discurso, mesmo sabendo de minha inscrição, pediu o encerramento, até porque não havia mesmo quórum. E, agora, estamos aqui, quatro Deputados no Plenário, e todos já usamos da palavra, por isso insisto, em termos regimentais, que me assiste razão. Isso não vai impedir que continuemos o nosso debate. Reitero o meu pedido de encerramento de plano.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, concluindo a minha fala, insisto que a reunião não seja encerrada, porque isso não contribui em nada para o debate. É a oportunidade de ouvir a todos. Posteriormente, vamos participar das outras reuniões. Também está acontecendo uma reunião na Comissão de Esportes para discutir justamente a execução Orçamentária. Deixo um protesto veemente, caso esta reunião seja encerrada, porque faço questão de ouvir a palavra do ilustre Deputado Padre João.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção. Obrigado, telespectadores da TV Assembleia.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/04/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Mário Márcio Zucato Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando, a partir de 27/4/09, Aristotéles Mendes Ruas do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/4/09, Maria Luzia Rodrigues Andrade do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/4/09, Rosiane dos Santos Ferreira Dias do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Aristotéles Mendes Ruas para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

nomeando Jorge Rodrigues de Sá para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Maria Helena Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Maria Luzia Rodrigues Andrade para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando, a partir de 27/4/09, Virgínia Nunes de Souza do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Eduardo Nunes de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 27/4/09, Rita de Cássia Knupp Pettersen do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Rita de Cássia Knupp Pettersen para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Daniel Filizzola Paiva do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança dos DEM;

nomeando Rosiane dos Santos Ferreira Dias para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança dos DEM.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2009

Objeto: fornecimento e instalação de armários.

Pregoeiro vencedor: H.F.Comércio e Indústria de Móveis Ltda.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2009.

Eduardo de Mattos Fluzza, Pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria de Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches para servidores e prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e do xerox. Objeto do aditamento: segunda ampliação quantitativa do objeto em 16,193%. Vigência: a partir da assinatura (28/3/2009). Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009(339039).

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: RX Digital Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666 de 1993. Dotação orçamentária: 1011.1.01.122.701.2009.(3.3.90.39.00).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Caixa Seguradora S.A. Objeto: prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para os motoristas e servidores da contratante. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do contrato por período de 12 meses, com manutenção do valor contratual. Vigência: 1º/5/2009 a 1º/5/2010. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009(339039).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de solução completa para a digitalização dos processos de captura ("ingest"), edição, armazenamento e automação da exibição ("playout") dos conteúdos de áudio e vídeo da TV Assembleia. Vigência: 90 dias a partir da entrega dos equipamentos. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2009-3.3.90.39. Licitação: Pregão Eletrônico nº 109/2008.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unibanco AIG Seguros S.A. Objeto: prestação de serviços de seguro total de veículos, incluída assistência 24 horas. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação. Vigência: 12 meses a partir de 25/6/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S. A. Air Brasil. Objeto: fretamento de aeronave. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2009-3.3.90.39. Licitação: Pregão Eletrônico nº 103/2008.